

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Feliciano Pereira Martins
 Nacionalidade: Portuguesa
 Data de Nascimento: 8 de Setembro de 1954

2 — Formação Académica e Profissional:

Licenciatura em Direito, pela Universidade Clássica de Lisboa, no ano de 1985, com a média de 14 valores.

Cursos de Direito Aduaneiro, ministrados ou tutelados pela Direcção-Geral das Alfândegas, conforme Anexo I
 Seminário de Alta Direcção, no INA de 27.9.2004 a 1.10.2004.

3 — Experiência Profissional:

Em 2007, nomeado Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça., IP, por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 12 de Junho de 2007.

Em 2005, nomeado Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 7 de Junho de 2005.

De 2004 a 2005, chefe de divisão do Contencioso da Direcção Regional de Contenção e Controlo Aduaneiro, por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 192, de 16 de Agosto de 2004.

De 2002 a 2004, representante da Fazenda Pública na Divisão de Contencioso da Direcção Regional do C. C. Aduaneiro.

De 1997 a 2002, Gestor do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa.

De 1996 a 1997, Vogal do Conselho Directivo do IGAPHE.

De 1989 a 1996, assessoria ao Director da Alfândega de Lisboa a partir de 2 de Novembro de 1989, data em que foi colocado no Núcleo Jurídico da Alfândega.

Em 1989, instrução de processos de contra-ordenação, na Delegação Aduaneira de Elvas, onde foi colocado em 1.5.89.

De 1987 a 1989 assessoria ao chefe de fiscalização da Alfândega de Lisboa, onde foi colocado em 1.6.87.

De 1986 a 1987, ingresso nos Quadros da Direcção-Geral de Alfândegas, com a categoria de 2.º Verificador Superior, sendo colocado no serviço de Despacho da Alfândega de Lisboa.

De 1985 a 1986, colocação nos serviços Jurídicos do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, onde exerceu funções relacionadas com o regime jurídico da função pública, cobranças coercivas, acção executiva.

De 1973 a 1985, ingresso nos Quadros da Caixa de Previdência da Indústria onde exerceu função administrativa nas áreas de contabilidade, subsídio de abono de família, doença, desemprego.

4 — Docência Universitária:

De 1997 a 2006 — Na Universidade Moderna, onde leccionou as cadeiras de Direito Processual Civil I e II

De 1993 a 1997 — Na Universidade Autónoma, onde leccionou as cadeiras de Direito Processual Civil I e II

Em 2003, no Instituto politécnico de Tomar, onde leccionou a cadeira de Fiscalidade.

Em 1987 no ISEG, onde leccionou a cadeira de Direito Aduaneiro no curso Pos-Graduação

De 1985 a 1993, na Faculdade de Direito de Lisboa, onde leccionou as cadeiras de Direito Fiscal, Direitos Reais, Direito Processual Civil

5 — Outras:

Membro do júri de concurso da categoria de V. A. A. Principal
 De 1997 a 2001, Deputado da Assembleia Municipal do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

De 2001 a 2005, Vereador na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

6 — Obras publicadas:

Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil, edição da A.A.F.D.L.

Os Despachantes Oficiais, edição Rei dos Livros
 Mercado Interno e a Circulação de Mercadorias na Comunidade, edição Vega.

201859148

Despacho n.º 13202/2009

O Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI), adoptou uma orgânica que, após a experiência vivida nos últimos dois anos, se

entende dever agora ser revista em várias vertentes. Têm-se em conta, nomeadamente, as áreas que mais se reflectem nas expectativas, direitos e interesses dos clientes, com vista a tornar o InCI mais eficaz nesse domínio, objectivo que configura, de resto, a razão primeira da sua existência como entidade reguladora e licenciadora.

Prevê-se, para atingir esse objectivo, a necessidade de um significativo esforço de reestruturação, que exigirá competências muito específicas por parte de quem o levar a cabo. Entende-se, assim, que a gestão do InCI deverá ser liderada por alguém que, para além de reconhecida experiência de gestão, detenha capacidades próprias em matéria de reorganização.

O mandato do conselho directivo do InCI, I. P., e as comissões de serviço dos respectivos presidente e vogais, mantidas pelo despacho conjunto n.º 16 693/2007, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de Julho de 2007, cessou em 7 de Fevereiro de 2009, mantendo-se os membros do conselho directivo em gestão corrente até à data.

Este é pois o momento adequado para proceder à remodelação do conselho directivo do InCI, I. P., sem sobressaltos e recorrendo aos préstimos de alguém que, com créditos reconhecidos, possua o perfil pessoal e profissional que permita atingir os objectivos pretendidos, para o que, nesta fase, a experiência no exercício de funções que impliquem experiência em acções de reestruturação organizativa e de alta direcção são determinantes.

O licenciado António Flores de Andrade detém não só um largo currículo em termos de gestão além de assinalável capacidade de liderança, como demonstrou possuir as características acima assinaladas na profunda reestruturação que levou a cabo na Inspeção-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da qual tem sido inspector-geral nos últimos nove anos, com excelentes resultados, indiscutivelmente reconhecidos. Por outro lado, o licenciado Fernando José Oliveira da Silva assegura a consistência profissional e técnica necessárias à construção de uma equipa de gestão que, também por via da excelência já demonstrada no respectivo exercício de funções, perspectivam o competente cumprimento dos objectivos de gestão traçado pela tutela e inclusos na própria missão do InCI.

Entende-se, assim, fundamental aproveitar os atributos referidos, nomeando, desde já, o licenciado António Flores de Andrade para a presidência do conselho directivo do InCI e o licenciado Fernando José Oliveira da Silva para o cargo vogal do conselho directivo do InCI, pelo período de três anos, sendo que, oportunamente, se procederá à nomeação tendente à composição final do conselho directivo.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para exercer o cargo de presidente do conselho directivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., por razões de interesse público excepcional, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado António Flores de Andrade, aposentado.

2 — Encontra-se autorizado o exercício das funções referidas no número anterior, bem como a cumulação da remuneração correspondente a essas funções com um terço da pensão de aposentação, nos termos dos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação.

3 — É nomeado vogal do conselho directivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., o licenciado Fernando José de Oliveira da Silva.

4 — A presente nomeação produz efeitos a contar de 1 de Junho de 2009.

28 de Maio de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: António Flores de Andrade.
 Estado: casado.
 Naturalidade: Soure.

2 — Formação académica — licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

3 — Actividade profissional:

Funções actuais:

Inspector-geral da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Conselheiro do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Funções precedentes:

Presidente do conselho de administração da empresa FISHNET—Equipamentos de Pesca, S. A.

Presidente do conselho de administração da empresa Pateira Editora, S. A.
 Administrador executivo da empresa Brisa — Auto-Estradas de Portugal, S. A.

Embaixador de Portugal em Lusaca.
Co-fundador do semanário *Expresso*.
Membro do conselho geral das *holdings* do Grupo Sousa Machado e administrador executivo de várias empresas afiliadas (Portugal e Angola).
Advogado no Porto e em Lisboa.

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Fernando José de Oliveira da Silva.
Estado: casado.
Naturalidade: Entroncamento.

2 — Formação académica — licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1992).

3 — Actividade profissional:

Funções actuais:

Subinspector-geral da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Funções precedentes:

Director de serviços da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (2001-2007).

Adjunto do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do Ministério do Equipamento Social do XIV Governo Constitucional (1999-2001).

Pertence ao quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças (desde 1994).

Formador em contratação pública pelo Instituto Nacional de Administração (INA).

Actividade docente em pós-graduação no Instituto Politécnico de Leiria.

Coordenador científico do Diploma de Especialização em Inspeção, Auditoria, Avaliação e Fiscalização (DEIAF), do INA.

Autor de um *Manual de Empreitadas de Obras Públicas* (Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 2001).

201859172

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Gabinete do Secretário de Estado
do Tesouro e Finanças**Despacho n.º 13203/2009**

Considerando a cessação do mandato dos membros da comissão de fiscalização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de Novembro, que aprova o Estatuto desta entidade, criada pelo Decreto-Lei n.º 142-A/91, de 10 de Abril:

Nomeio para a referida comissão de fiscalização:

— Presidente, o doutorado Álvaro Pinto Coelho de Aguiar;

— Vogais, o mestre Sérgio Alexandre dos Reis Gonçalves do Cabo e a sociedade de revisores oficiais de contas Cravo, Fortes, Antão e Associados, S. R. O. C., representada pelo doutorado Domingos José da Silva Cravo.

28 de Maio de 2009. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças,
Carlos Manuel Costa Pina.

201856426

Caixa Geral de Aposentações, I. P.**Aviso n.º 10588/2009**

Em cumprimento do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir do próximo mês de Julho, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respectiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MARIA CONCEIÇÃO MOREIRA BRITO ROSADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	SECRETARIA-GERAL	€ 388,40
MARIA FELICIDADE MARCELINO DANIEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	SECRETARIA-GERAL	€ 506,55

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MARIA DULCE PEREIRA QUINTA SANTOS	SECRETÁRIA		€ 1 388,83
MARIA GABRIELA BRANCO FERREIRA LIMA	ASSESSORA PARLAMENTAR PRINCIPAL		€ 3 368,93
MARIA LURDES TAVARES COBELAS GERMANO	OPERADORA DE REPROGRAFIA		€ 1 280,75

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

CARLOS ALBERTO REBELO ALEMÃO	TESOUREIRO	INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL, I. P.	€ 753,70
FERNANDA HORTA BRANCO MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	SECRETARIA-GERAL	€ 838,32
FRANCISCO AFONSO MACEDO	FIEL DE ARMAZÉM	INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE	€ 635,86
JOAQUIM ALEIXO SANTOS	OPERÁRIO PRINCIPAL	DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	€ 855,71
JUDITE AMPARO CERIZ	OPERADORA DE TELEX	SECRETARIA-GERAL	€ 715,15
MARIA CONCEIÇÃO ADÃO CANAVEIRA ABREU	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA-GERAL	€ 1 002,84
MARIA JUDITE RIOS REIS FAIA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA-GERAL	€ 774,66
MARIA MADALENA RIBEIRO PINHO VASQUES	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	SECRETARIA-GERAL	€ 831,19
MARIA TERESA FIGUEIRA GONÇALVES SANTOS	TÉCNICA SUPERIOR 2.ª CLASSE	GABINETE MEIOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	€ 950,20

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

ANGELINA PIRES RIBEIRO	TÉCNICA PROF. ESPEC. PRINCIPAL	SECRETARIA-GERAL	€ 861,65
PEDRO JOÃO CONCEIÇÃO MARQUES	ESPECIALISTA SUPERIOR NÍVEL 4	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	€ 1 261,01

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

AGOSTINHO FERREIRA MAGALHÃES	CABO	810830	€ 1 261,66
ANTÓNIO MARQUES SILVA LAIRES	CORONEL	670319	€ 3 077,23
ARMINDO RIBEIRO GOMES	SARGENTO-CHEFE	806016	€ 1 715,09
JOÃO MARIA REIA MAÇÃS	CABO	820562	€ 1 425,89
JOAQUIM RUFINO MOREIRA TEIXEIRA	CABO	800027	€ 1 322,56
JOSÉ JESUS JOÃO PIRES	CABO	820375	€ 1 062,47
MARIA GABRIELA RODRIGUES RIBEIRO	AUXILIAR DE LIMPEZA	COMANDO-GERAL	€ 543,73

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ADÉRITO AUGUSTO FAUSTINO	AGENTE PRINCIPAL	130225	€ 1 299,86
ARMANDO NUNES MARTINS	AGENTE PRINCIPAL	129354	€ 1 318,73
FRANCISCO ALBERTO ALVELLOS LEITÃO	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	DIRECÇÃO NACIONAL	€ 1 037,01
HÉLDER SILVINO MENDES CARVALHO	AGENTE PRINCIPAL	131896	€ 1 171,54
JOAQUIM DIOGO PINELAS CARRÃO	AGENTE PRINCIPAL	132390	€ 1 118,84
JOSÉ MANUEL MORAIS GOMES	AGENTE PRINCIPAL	132026	€ 1 127,46